



Itacolomi Participações S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
acompanhadas do relatório de revisão do auditor independente
em 31 de dezembro de 2025

Ref.: Relatório nº 262M4-002-PB





Índice

	Página
Relatório de revisão do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas	3
Demonstrações contábeis individuais e consolidadas	5
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025	11

Relatório de revisão do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Rua Juiz de Fora, 1.406 -
Salas 601 e 602, Santo Agostinho -
Belo Horizonte (MG) Brasil
T +55 31 3289-6000
www.grantthornton.com.br

Aos Administradores e Acionistas da
Itacolomi Participações S.A.
Belo Horizonte – MG

Introdução

Revisamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Itacolomi Participações S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade do auditor independente

Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas com base em nossa revisão, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas e que seja apresentada conclusão se algum fato chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável.



Uma revisão de demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com a referida norma é um trabalho de assecuração limitada. Os procedimentos de revisão consistem, principalmente, na realização de indagações à Administração e outros dentro da Companhia e suas controladas, conforme apropriado, bem como procedimentos analíticos e de avaliação das evidências obtidas.

Os procedimentos aplicados na revisão são substancialmente menos extensos do que os procedimentos executados em uma auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Itacolomi Participações S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho, individual e consolidado, de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil.

Belo Horizonte, 25 de fevereiro de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC MG-008.957/F-8

Daniel Menezes Vieira

Daniel Menezes Vieira
Contador CRC 1MG-078.081/O-1

Itacolomi Participações S.A.

Balancos patrimoniais individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	13	17	5.150	9.384
Contas a receber	5	-	-	2.885	3.687
Impostos a recuperar	6	5	5	151	166
Adiantamentos concedidos	7	-	-	24	2.774
Partes Relacionadas	18	-	-	1.324	95
Outros ativos	8	-	-	68	510
Total do ativo circulante		18	22	9.602	16.616
Ativo não circulante					
Depósitos judiciais	15	-	-	398	83
Investimentos	9	69.478	68.542	-	-
Imobilizado	10	-	-	120.232	117.128
Intangível	11	-	-	3.236	3.598
Total do ativo não circulante		69.478	68.542	123.866	120.809
Total do ativo		69.496	68.564	133.468	137.425

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Itacolomi Participações S.A.

Balancos patrimoniais individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivo e patrimônio líquido

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Passivo circulante					
Fornecedores	12	3	3	1.428	4.980
Obrigações sociais	14	-	-	418	379
Obrigações tributárias	13	-	-	1.454	1.399
Partes relacionadas	18	-	-	-	312
Total do passivo circulante		3	3 #	3.300	7.070
Passivo não circulante					
Partes relacionadas	18	-	-	-	17
Provisões para riscos	15	-	-	314	137
Tributos diferidos	16	-	-	18.674	20.514
Total do passivo não circulante		-	-	18.988	20.668
Patrimônio líquido					
	17				
Capital social	17.1	5.301	5.301	5.301	5.301
Ágio na subscrição de ações	17.3	5.077	5.077	5.077	5.077
Reserva legal	17.4	1.060	1.060	1.060	1.060
Reservas de lucros		58.055	57.123	58.055	57.123
Total do patrimônio líquido dos controladores		69.493	68.561	69.493	68.561
Participação dos acionistas não controladores		-	-	41.687	41.126
Total do patrimônio líquido		69.493	68.561	111.180	109.687
Total do passivo e patrimônio líquido		69.496	68.564	133.468	137.425

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Itacolomi Participações S.A.

Demonstrações dos resultados individuais e consolidadas
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida de vendas	20	-	-	39.914	37.829
Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados	21	-	-	(17.157)	(20.985)
Lucro bruto		-	-	22.757	16.844
(Despesas) receitas operacionais					
Administrativas, comerciais e gerais	22	(4)	(8)	(6.534)	(7.333)
Outras receitas e despesas	23	-	-	(3)	6.149
Amortização mais valia	9	-	-	(4.879)	(5.286)
Resultado equivalência patrimonial	9	7.802	6.793	-	-
Despesas Tributárias	-	(1)	-	(75)	(219)
Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos		7.797	6.785	11.266	10.155
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	24	1	-	1.298	1.442
Despesas financeiras		-	-	(24)	(11)
Resultado financeiro, líquido		1	-	1.274	1.431
Lucro antes da provisão do imposto de renda e contribuição social		7.798	6.785	12.540	11.586
Imposto de renda e contribuição social - corrente	25	-	(1)	(1.874)	(2.584)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	25	-	1	1.814	1.858
Lucro líquido do exercício		7.798	6.785	12.480	10.860
Resultados atribuídos aos:					
Acionistas controladores				7.798	6.785
Acionistas não controladores				4.682	4.075

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Itacolomi Participações S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes individuais e consolidados
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	7.798	6.785	12.480	10.860
[+/-] Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
(=) Resultado abrangente total	7.798	6.785	12.480	10.860
Resultados atribuídos aos:				
Acionistas controladores			7.798	6.785
Acionistas não controladores			4.682	4.075

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Itacolomi Participações S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidados
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Capital social	Ágio na subscrição de ações	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Resultado do exercício	Total atribuível aos controladores	Participação de não controladores	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2023		5.301	5.077	868	63.030	-	74.276	44.551	118.827
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	6.785	6.785	4.075	10.860
Distribuição de dividendos	17.2	-	-	-	(12.500)	-	(12.500)	(7.500)	(20.000)
Reserva de lucros	-	-	-	-	6.593	(6.593)	-	-	-
Reserva Legal	17.4	-	-	192	-	(192)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		5.301	5.077	1.060	57.123	-	68.561	41.126	109.687
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	7.798	7.798	4.682	12.480
Distribuição de dividendos	17.2	-	-	-	(6.866)	-	(6.866)	(4.121)	(10.987)
Reserva de lucros	-	-	-	-	7.798	(7.798)	-	-	-
Reserva Legal	17.4	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		5.301	5.077	1.060	58.055	-	69.493	41.687	111.180

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Itacolomi Participações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidados
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		7.798	6.785	12.540	11.586
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais					
Depreciação	10	-	-	9.145	9.477
Amortização	11	-	-	362	364
Resultado na venda de imobilizado		-	-	-	(6.153)
Resultado equivalência patrimonial	9	(7.802)	(6.793)	-	-
Baixa do ativo imobilizado	10.1	-	-	-	105
Provisão para riscos	16	-	-	177	69
Acréscimo (decréscimo) em ativos					
Contas a receber	5	-	-	802	638
Adiantamentos concedidos	7	-	-	2.750	(2.399)
Impostos a recuperar		-	1	15	(16)
Depósitos judiciais		-	-	(315)	(54)
Outros ativos		-	-	442	1
Dividendos recebidos		6.866	12.500	-	-
Decréscimo (acréscimo) em passivos					
Fornecedores	12	-	3	(3.552)	3.937
Impostos sobre a renda pagos	14	-	(1)	(1.874)	(2.584)
Obrigações tributárias	15	-	(1)	29	695
Obrigações sociais		-	-	39	32
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		6.862	12.494	20.560	15.932
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Acréscimo do imobilizado	10	-	-	(12.249)	(12.034)
Partes relacionadas	18	-	-	(1.229)	-
Resultado venda de imobilizado		-	-	-	10.311
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		-	-	(13.478)	(1.723)
Das atividades de financiamento					
Distribuição de dividendos	17.2	(6.866)	(12.500)	(10.987)	(20.000)
Partes relacionadas	18	-	-	(329)	234
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(6.866)	(12.500)	(11.316)	(20.000)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		(4)	(6)	(4.234)	(5.791)
Caixa e equivalentes de caixa					
No início do exercício	4	17	23	9.384	15.175
No final do exercício	4	13	17	5.150	9.384
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa		(4)	(6)	(4.234)	(5.791)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Itacolomi Participações S.A. (“Itacolomi”, “Companhia” ou “Controladora”, e em conjunto com suas controladas; “Grupo”), sociedade anônima fechada, foi constituída em 26 de fevereiro de 2014, com sede no município de Belo Horizonte - MG. Tem como objeto social a participação em outras sociedades, como quotista ou acionista, em sociedades empresárias atuantes no setor de energia elétrica.

A Itacolomi, a partir de 30 de abril de 2014, passou a ser detentora de 57,5% das ações da Vila Real Energia S.A. (“Vila Real” ou “Controlada”), que naquela oportunidade, ainda não havia promovido a aquisição das quotas da sociedade de propósito específico (“SPE”) denominada Maynard Energética Ltda. (“Maynard”, “Sociedade” ou “Controlada Indireta”), a qual, conforme se descreverá a seguir, é a sociedade que explora ativos de geração de energia elétrica no estado de Minas Gerais.

Em 02 de julho de 2022, a Vila Real aprovou o aumento de seu capital social mediante a emissão de 2.000 novas ações. Desse total, 1.250 ações foram subscritas pela Itacolomi, que passou a deter 62,5% do capital social da Controlada.

A Vila Real, por sua vez, a partir de 2 de fevereiro de 2015, passou a ser detentora de 100% das quotas da Maynard, através da sucessão de quotas da sócia majoritária Novelis do Brasil Ltda., bem como a retirada do sócio minoritário.

Mediante a reestruturação societária realizada na controlada Maynard, a Companhia, passou a ser controladora dos ativos de geração de energia das usinas de Maynard – PCH Fumaça de 10MW e PCH Furquim 6MW que possuem autorização junto a ANEEL para geração de energia hidrelétrica com um prazo de 30 anos, podendo ser renovado ao final desse período, restando ainda 09 anos da autorização vigente. As CGH Caboclo 4,42MW, CGH Funil 4,23MW, CGH Prazeres 3,76MW e CGH Salto 4,51MW possuem registro junto a ANEEL com direito vitalício a exploração.

A Maynard Energética Ltda. (“Maynard”, ou “Empresa”), com sede no município de Ouro Preto – MG, tem como objeto social a geração, transmissão, distribuição e comércio atacadista de energia elétrica, ou energia de qualquer outra fonte; participação em outras Empresas como sócia ou acionista, bem como de empreendimentos que tenham como objetivo a geração, distribuição, transmissão e distribuição de energia elétrica; prestação de serviços de consultoria, de natureza pública ou privada, em sua área de atuação; estudar, planejar, desenvolver e implantar projetos de distribuição de energia; contribuir para a preservação do meio ambiente, bem como participar em programas sociais de interesse comunitário.

A Maynard comercializa energia elétrica predominantemente no Ambiente de Contratação Livre (ACL), por meio de contratos bilaterais de compra e venda de energia elétrica celebrados com consumidores livres, comercializadores e demais agentes do setor elétrico. Adicionalmente, a Empresa possui empreendimento enquadrado na modalidade Geração Distribuída (GD), destinado à compensação de energia elétrica conforme a regulamentação aplicável.

A Companhia possui sete usinas hidrelétricas em operação, sendo duas Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH) e cinco Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGH).

As PCH Fumaça, com potência instalada de 10 MW, e PCH Furquim, com potência instalada de 6 MW, operam sob o regime de autorização outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), com prazo de 30 (trinta) anos, passível de renovação ao final do período.

As CGH Caboclo (4,42 MW), CGH Funil (4,23 MW), CGH Prazeres (3,76 MW) e CGH Salto (4,51 MW) operam sob o regime de registro junto à ANEEL, o qual confere direito vitalício à exploração da geração de energia elétrica, não estando sujeitas a prazo de concessão ou autorização, nos termos da regulamentação setorial vigente.

A CGH BRC, com potência instalada de 1,5 MW, difere das demais CGHs do portfólio, pois está enquadrada na modalidade de Geração Distribuída (GD), sendo a energia gerada destinada à compensação de energia elétrica junto a unidades consumidoras, conforme a legislação aplicável ao sistema de compensação de energia elétrica.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Em relação aos prazos regulatórios, as PCH Fumaça e Furquim possuem aproximadamente 9 (nove) anos remanescentes de vigência das autorizações atuais, enquanto as CGHs operam sob regime de registro com direito vitalício de exploração, condicionado ao cumprimento das normas regulatórias e ambientais aplicáveis.

Entrada em Operação – CGH BRC (Fonte Hídrica | Geração Distribuída)

Em agosto de 2025, a CGH BRC, empreendimento de geração de energia elétrica de fonte hídrica, classificado como Geração Distribuída (GD) e com potência instalada de 1,5 MW, entrou em operação após a conclusão das etapas de implantação, comissionamento, testes e validações técnicas necessárias à sua plena funcionalidade e conformidade com os requisitos regulatórios aplicáveis.

Desde a sua entrada em operação, o empreendimento encontra-se disponível para uso e destinado à locação para terceiros, tendo sido iniciada a exploração econômica por meio de contratos de locação a partir de dezembro de 2025, mantendo-se classificado no ativo imobilizado em operação. A partir da data em que se tornou disponível para uso, o ativo passou a ser submetido aos critérios de mensuração subsequente e depreciação, conforme as práticas contábeis adotadas.

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a estrutura societária da Companhia compreende a seguinte Controlada, considerando suas participações diretas:

		Participação %	
		31/12/2025	31/12/2024
Controlada direta	Vila Real Energia S.A.	62,50%	62,50%

2. Apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A emissão dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi autorizada, por reunião da diretoria, em 25 de fevereiro de 2026.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, associadas às normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, de acordo com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), cujos procedimentos e princípios se constituem nas práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações contábeis consolidadas, além das demonstrações contábeis individuais da Companhia, estão sendo apresentadas lado a lado em um único conjunto de demonstrações contábeis, também preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.1.1. Bases de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

2.1.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Todas as demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2.2. Principais políticas contábeis materiais**a) Base de consolidação****Demonstrações contábeis consolidadas**

A Itacolomi Participações S.A. Inclui, em suas demonstrações consolidadas, todas as investidas onde exerça controle direto ou indireto, ou nas quais possua influência significativa que lhe permitam influenciar as decisões administrativas e operacionais dessas investidas. Na determinação do controle são considerados os direitos a votos passíveis de serem exercidos.

As demonstrações contábeis das controladas são incluídas nas demonstrações consolidadas a partir da data em que tem início o controle até a data em que este deixa de existir. As demonstrações contábeis da controladora são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação das controladas, empregando práticas contábeis uniformes.

Saldo e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações contábeis consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação na Investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

O controle é obtido quando a Companhia:

- Tem poder sobre a investida;
- Está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida;
- Tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

A Companhia reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados anteriormente.

A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras. O resultado abrangente total das controladas é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras, mesmo se isso gerar saldo negativo para as participações não controladoras.

Quando necessário, as demonstrações Contábeis das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as Companhias do Grupo Itacolomi são eliminados integralmente nas demonstrações Contábeis consolidadas.

Combinações de negócios

Combinações de negócio são registradas na data de aquisição, isto é, na data em que o controle é transferido para o Grupo utilizando o método de aquisição. Controle é o poder de governar a política financeira e operacional da entidade de forma a obter benefícios de suas atividades. Quando da determinação da existência de controle, o Grupo leva em consideração os direitos de votos potenciais que são atualmente exercíveis.

O Grupo mensura o ágio na data de aquisição como:

- i) O valor da contraprestação transferida, mais;
- ii) O montante reconhecido de qualquer participação não-Controladora na adquirida, mais;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

iii) Se a aquisição foi realizada em estágios, o valor justo de qualquer participação detida anteriormente à aquisição, menos;

iv) O montante líquido (a valor justo) dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos.

Quando o valor gera um montante negativo, o ganho com compra vantajosa é reconhecido diretamente no resultado do exercício.

Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos do Grupo são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial e compreendem suas participações em coligadas e empreendimento controlados em conjunto (*joint ventures*).

As coligadas são aquelas Companhias nas quais o Grupo, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma Companhia controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite ao Grupo controle compartilhado da Companhia e dá ao Grupo direito aos ativos líquidos da Companhia controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações contábeis incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

Aquisição de participação de acionistas não controladores

É registrado como transações entre acionistas ("Transações de capital"). Ajustes à participação de não controladores de transações que não envolvem a perda de controle são registrados baseados no percentual de participação nos ativos líquidos da subsidiária.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem substancialmente depósitos à vista denominados em Reais, com alto índice de liquidez e risco insignificante de mercado.

Os equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros na categoria custo amortizado e estão registrados pelo valor original, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, apurados pelo critério pro rata temporis, que equivalem aos seus valores de mercado, não havendo impacto a ser contabilizado no patrimônio líquido do Grupo.

c) Contas a receber de clientes

As contas a receber de consumidores e revendedores são registradas inicialmente pelo valor da energia fornecida, faturado e não faturado, e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado.

d) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando o Grupo for parte das disposições contratuais do instrumento e são inicialmente mensurados pelo custo ou valor justo.

Os custos da transação são diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) e são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

e) Ativos financeiros

A classificação de ativos financeiros é baseada na sua forma de gerenciamento e em suas características de fluxos de caixa contratuais, sendo os mesmos classificados nas categorias de Custo Amortizado; Valor Justo por Meio de Resultados Abrangentes (VJORA) ou; Valor Justo por Meio de Resultado (VJR).

Os ativos financeiros do Grupo incluem basicamente o caixa e os equivalentes de caixa, as contas a receber, os recebíveis de partes relacionadas e os depósitos judiciais, todos reconhecidos considerando o custo amortizado.

f) Passivos financeiros

São classificados no reconhecimento inicial ao: **(i)** custo amortizado; **(ii)** mensurado ao valor justo por meio de resultado. Os passivos financeiros da Companhia, estão classificados como mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, e incluem as contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos

g) Imobilizado

Os ativos imobilizados são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, os gastos devidamente segregados, ocorridos pelo Grupo para a constituição de um novo ativo, incluindo, quando aplicável, os custos com financiamentos.

Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso na mesma base dos outros ativos imobilizados.

O Grupo utiliza o método e as taxas de depreciação para os itens ligados a operação de geração de energia elétrica, conforme normas definidas pelo órgão regulador do setor ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica.

Para os demais itens, o Grupo utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, apurada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terras, as quais não são depreciadas.

A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada se necessário, podendo variar com base na atualização tecnológica de cada unidade.

Abaixo as taxas de depreciação utilizadas pela controlada, as taxas de depreciação apresentadas por grupo de ativos foram definidas com base na vida útil econômica estimada dos bens. Tais taxas podem variar em função do modelo de autorização, concessão ou registro aplicável, bem como das condições específicas de operação e uso de cada unidade:

	Taxa de depreciação
Reservatórios, barragens e adutoras	4,81%
Edificações, obras civis e benfeitorias	1,78%
Estruturas civis	4,95%
Máquinas e equipamentos	5,79%
Equipamentos de informática	8,95%
Equipamentos geradores de energia	3,20%
Ferramentas	18,39%
Móveis e utensílios	8,00%
Veículos	5,83%

- **Mais valia em ativos imobilizados**

A realização da mais valia, está sendo realizada de forma linear de acordo com prazo de depreciação do ativo que lhe deu origem.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

h) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração do Grupo revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais e ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Para ativos é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuiram. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda.

A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa ao qual esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: **(a)** reduzindo o valor contábil alocado à unidade geradora de caixa; e **(b)** a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo.

i) Intangível**Custo do intangível**

Estão registrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicáveis. Os ativos intangíveis que possuem vida útil econômica definida, são amortizados levando-se em consideração sua vida útil, que reflete o benefício econômico dos referidos ativos intangíveis.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do seu uso ou alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

Repactuação do risco hidrológico

A Administração do Grupo aprovou a adesão das PCH's Furquim e Fumaça (Maynart) e Congonhal I e Paes Leme (GESM) detentoras de autorização de geração de energia elétrica à repactuação do risco hidrológico de que trata a Lei nº 14.052/2020, regulada pela Resolução Normativa ANEEL nº 895/2020, e, por consequência desistir de eventuais ações judiciais cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao Mecanismo de Realocação de Energia ("MRE"); renunciar qualquer alegação e/ou novas ações em relação à isenção ou mitigação dos riscos hidrológicos relacionadas ao MRE e não ter repactuado o risco hidrológico.

Como consequência da adesão referida no parágrafo precedente, os geradores têm direito à extensão do prazo de suas respectivas outorgas de geração por até sete anos. No caso das PCH's Furquim e Fumaça, o prazo de extensão foi de 598 e 571 dias respectivamente. A Maynart reconheceu os efeitos contábeis da extensão, após a Resolução Autorizativa da ANEEL nº 14.286, em 10 de outubro de 2023, no valor total de R\$ 4.015. No caso das PCH's Congonhal I e Paes Leme, o prazo de extensão foi de 795 e 736 dias respectivamente. A GESM reconheceu os efeitos contábeis da extensão, após a Resolução Autorizativa da ANEEL no 16.467, em 16 de setembro de 2025, no valor total de R\$ 2.436.

j) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Se o prazo de liquidação é equivalente a um ano ou menos, as contas a pagar são classificadas no passivo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no passivo não circulante.

k) Provisões para riscos

Uma provisão é reconhecida quando o Grupo possui uma obrigação presente (legal ou presumida) resultante de um evento passado, em que é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação, e for possível estimar seu valor de maneira confiável.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa da compensação necessária para liquidar a obrigação presente na data do balanço, levando em consideração os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada pelos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação presente, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (quando o efeito do valor da moeda no tempo for relevante).

Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um recebível é reconhecido como ativo se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

l) Imposto de renda e contribuição social

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo de Imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

O Grupo efetua a apuração do Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido com base no regime de lucro presumido. Com base nesse regime, o lucro tributável corresponde a 8% e 12% do faturamento, acrescido de outras receitas operacionais, para fins de Imposto de renda e contribuição social, respectivamente. Imposto de renda - calculado à alíquota de 15% sobre o lucro presumido tributável acrescido do adicional de 10% sobre o excedente de R\$ 240. Contribuição social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro presumido tributável.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

m) Tributos diferidos

Os tributos diferidos ativos e passivos quando existentes, são reconhecidos sobre outras diferenças temporárias por diferenças temporárias tributáveis referentes a exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, receitas financeiras tributadas pelo regime de caixa e diferenças de base referentes a ganho de capital. São calculados às mesmas alíquotas dos tributos correntes, os quais são esperadas no momento de sua realização.

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas na data do balanço.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

n) Provisão para riscos

Uma provisão é reconhecida quando o Grupo possui uma obrigação presente (legal ou presumida) resultante de um evento passado, em que é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação, e for possível estimar seu valor de maneira confiável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa da compensação necessária para liquidar a obrigação presente na data do balanço, levando em consideração os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada pelos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação presente, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (quando o efeito do valor do dinheiro no tempo for relevante).

Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um recebível é reconhecido como ativo, se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

o) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituiu o princípio de riscos e benefícios. Para o reconhecimento da receita, o Grupo adotou os seguintes procedimentos:

1. identificação do contrato com o cliente;
2. identificação das obrigações de desempenho no contrato;
3. determinação do preço da transação;
4. alocação do preço da transação; e por fim,
5. reconhecimento da receita quando (ou conforme) a obrigação de desempenho for cumprida.

As receitas do Grupo se dividem em:

i) Geração de energia: As receitas de venda de energia são registradas com base na energia gerada entregue e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado.

ii) Operação remota de usinas: Prestação de serviço pela BEI referente a operação e manutenção de usinas de geração de energia elétrica.

iii) Receitas financeiras: As receitas financeiras são reconhecidas com base no método da taxa de juros efetiva.

3. Normas revisadas com adoção a partir de 1º de janeiro de 2025

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

IAS 21: Ausência de conversibilidade (equivalente ao CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis)

Em agosto de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 21 para esclarecer como as entidades devem avaliar se uma moeda é conversível e como determinar a taxa de câmbio aplicável quando a conversibilidade é temporariamente inexistente. As alterações também introduzem requisitos adicionais de divulgação, com o objetivo de permitir que os usuários das demonstrações contábeis avaliem os efeitos financeiros da ausência de conversibilidade da moeda. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

Alterações à IFRS 10 / CPC 36 (R3): Demonstrações consolidadas

Em julho de 2024, o IASB emitiu o documento “Melhorias Anuais nas Normas Contábeis IFRS – Volume 11”, que incluiu alterações à IFRS 10 (Demonstrações Consolidadas), aplicáveis a períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025. Essas alterações fazem parte do ciclo contínuo de melhorias anuais e têm como objetivo esclarecer aspectos específicos relacionados à avaliação de controle para fins de consolidação. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

3.1. Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2025

Até a data de autorização para emissão destas demonstrações contábeis, determinadas normas, alterações e interpretações haviam sido emitidas pelo IASB e convergidas pelo CPC, mas ainda não estavam vigentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. A Companhia não adotou antecipadamente essas normas e encontra-se avaliando os potenciais impactos de sua aplicação futura.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

IFRS 18 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis

Em abril de 2024, o IASB emitiu a IFRS 18, que substituirá o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1)), estabelecendo novos requisitos para apresentação e divulgação das demonstrações contábeis, incluindo a introdução de subtópicos padronizados na demonstração do resultado e maior detalhamento sobre medidas de desempenho gerencial. A norma é aplicável a períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2027. A Companhia está avaliando os impactos da adoção dessa norma em suas demonstrações contábeis.

IFRS 19 – Subsidiárias sem responsabilidade pública de prestação de contas: divulgações

Em maio de 2024, o IASB emitiu a IFRS 19, que permite que determinadas subsidiárias que não possuam responsabilidade pública de prestação de contas adotem requisitos reduzidos de divulgação, mantendo o reconhecimento e a mensuração de acordo com as IFRS completas. A norma é aplicável a períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2027. A Companhia está avaliando a aplicabilidade e os possíveis efeitos dessa norma em suas demonstrações contábeis.

Alterações à IFRS 9 / CPC 48 e IFRS 7 / CPC 40 – Instrumentos financeiros

O IASB emitiu alterações às normas IFRS 9 e IFRS 7 com o objetivo de esclarecer aspectos relacionados à classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros, incluindo disposições específicas aplicáveis a determinados instrumentos estruturados. Essas alterações entram em vigor para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2026. A Companhia está avaliando os impactos da adoção dessas alterações em suas demonstrações contábeis.

As alterações são efetivas para exercícios anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2026.

3.2. Principais julgamentos, critérios e estimativas contábeis

Na aplicação das práticas contábeis descritas na Nota Explicativa no 2.2, a Administração utiliza julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis, incluindo ativos, passivos, receitas e despesas.

Esses julgamentos e estimativas são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes, incluindo expectativas de eventos futuros que são razoáveis de acordo com as circunstâncias. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente no período em que as estimativas são revisadas e, quando aplicável, nos períodos futuros afetados.

As principais áreas que envolvem julgamentos significativos e estimativas críticas adotadas pela Administração, e que apresentam impacto relevante sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis, estão descritas a seguir:

a) Vida útil dos bens do imobilizado

As vidas úteis econômicas dos bens do imobilizado, notadamente máquinas, equipamentos e instalações vinculadas às usinas de geração, são definidas com base em laudos técnicos, histórico de utilização e práticas do setor de energia, conforme detalhado na Nota no 10.

Alterações relevantes nessas estimativas são reconhecidas prospectivamente.

b) Estimativas relacionadas à receita e à energia não faturada

O reconhecimento da receita de geração de energia, incluindo a parcela de energia gerada e ainda não faturada na data-base, envolve estimativas relacionadas ao volume de energia entregue, preços contratuais e critérios de medição, conforme descrito nas Notas Explicativas nos 5 e 20.

A Administração entende que não há histórico de perdas relevantes associadas aos valores registrados como receita não faturada.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 podem ser assim discriminados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e bancos	13	17	38	39
Aplicações financeiras (i)	-	-	5.112	9.345
Total	13	17	5.150	9.384

(i) Em 2025 as aplicações financeiras de liquidez imediata em Certificado de Depósito Bancário (CDB) - DI, com risco insignificante de perda de valor, são remuneradas a taxas de mercado de 96,9% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) (100,5% do CDI em 2024).

5. Contas a receber

O saldo de contas a receber está representando por energia comercializada em dezembro de 2025, cujos recebimentos ocorreram integralmente em janeiro de 2026.

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Contas a receber de clientes - Receita não faturada (i)	2.885	3.687
Total	2.885	3.687

(i) Ainda que se trate de receita não faturada, a Administração entende que não há histórico de perdas nem expectativa de inadimplência associada a esses valores. Dessa forma, não foi reconhecida perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa (PECLD).

6. Impostos a recuperar

Os saldos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 podem ser assim discriminados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
IRPJ a compensar	5	5	148	146
CSLL a compensar	-	-	-	1
ICMS a recuperar	-	-	3	3
Outros impostos a recuperar	-	-	-	16
Total	5	5	151	166

7. Adiantamentos concedidos

Os saldos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 podem ser assim discriminados:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamentos a fornecedores (i)	24	2.770
Adiantamentos para viagens	-	4
Total	24	2.774

(i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, observou-se uma redução significativa no saldo de adiantamentos a fornecedores, em comparação ao exercício anterior, em razão da conclusão das obras da usina de BRC.

Com a finalização das etapas contratuais e consequente liquidação dos adiantamentos realizados, os valores foram devidamente registrados no ativo imobilizado, conforme a natureza dos bens e serviços efetivamente incorporados.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

8. Outros ativos

Os saldos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 podem ser assim discriminados:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Seguros a apropriar (i)	68	510
Total	68	510

(i) Verifica-se redução na rubrica de “seguros a apropriar”, uma vez que a renovação das apólices de seguros referentes ao exercício de 2026 encontra-se em fase de negociação, não tendo sido concluída até a data-base das demonstrações contábeis. Em razão desse processo, os prazos de vigência das apólices existentes foram prorrogados por apenas alguns meses, de forma a manter a Companhia devidamente coberta pelos seguros.

9. Investimentos

Os saldos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 podem ser assim discriminados:

	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
Vila Real Energia S.A.	69.478	68.542
Total	69.478	68.542

O Grupo contratou uma empresa para realizar a avaliação patrimonial dos bens móveis e imóveis da Maynard Energética Ltda. a valor justo, quando de sua aquisição em fevereiro de 2015. O resultado do Laudo apresentou o valor justo líquido dos ativos de R\$ 147.665.

Os registros contábeis foram refletidos no valor do investimento na Maynard Energética Ltda. em R\$ 78.064, a título de “mais valia”, e no resultado do exercício de 2015 em R\$ 103.006, a título de “compra vantajosa” (R\$ 68.251 líquidos dos impostos diferidos que montaram R\$ 35.160).

A realização da mais valia e de seus impostos diferidos está sendo reconhecida proporcionalmente à realização dos ativos bens móveis e imóveis que lhe deram origem, ou seja, na proporção da depreciação correspondente. O efeito desta realização, apresentada no resultado de equivalência da Controladora em 2025 foi de R\$ 3.220 (R\$ 3.489 em 31 de dezembro de 2024), sendo R\$ 4.878 referente à depreciação de ativos imobilizados (R\$ 5.286 em 31 de dezembro de 2024), líquida de tributos diferidos no montante de R\$ 1.659 (R\$ 1.797 em 31 de dezembro de 2024).

No caso da mais valia proveniente da diferença de valor em terrenos, seus respectivos valores somente serão realizados quando o ativo correspondente for baixado por alienação ou perda parcial ou integral pela Controladora, ou quando da alienação do investimento ou do reconhecimento de perdas por parte do investidor ou controlador.

O quadro abaixo apresenta a movimentação dos investimentos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	Vila Real
Saldo em 31 de dezembro de 2023	74.249
(+ / -) Resultado com equivalência patrimonial	6.793
(-) Dividendos recebidos	(12.500)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	68.542
(+ / -) Resultado com equivalência patrimonial	7.802
(-) Dividendos recebidos	(6.866)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	69.478

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

a) Os principais saldos das contas patrimoniais e resultados das coligadas estão apresentadas a seguir:

Posição patrimonial das investidas diretas							
31/12/2025							
Companhia	Participação %	Total do ativo	Total do passivo	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Valor do Investimento	Resultado do MEP da investida direta
Vila Real Energias S.A.	62,50%	111.180	16	111.164	12.483	69.478	7.802
Total		111.180	16	111.164	12.483	69.478	7.802

Posição patrimonial das investidas diretas							
31/12/2024							
Companhia	Participação %	Total do ativo	Total do passivo	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Valor do Investimento	Resultado do MEP da investida direta
Vila Real Energias S.A.	62,50%	137.402	27.735	109.667	10.868	68.542	6.793
Total		137.402	27.735	109.667	10.868	68.542	6.793

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

10. Imobilizado

10.1. Movimentação do imobilizado Consolidado

	Saldo em 31/12/2024	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2025
Custo					
Terrenos	32.672	-	-	-	32.672
Reserv., Barragens e Adutoras	24.806	-	-	177	24.983
Estruturas Cíveis - Usinas	185	-	-	-	185
Equipamentos Geradores de Energia	29.805	-	-	11.482	41.287
Equipamentos de Informática	277	1	-	34	312
Máquinas e equipamentos	50.386	216	-	4.156	54.758
Móveis e utensílios	30	21	-	-	51
Veículos	8	-	-	-	8
Edificações / benfeitorias	40.641	-	-	5.034	45.675
Ferramentas	-	2	-	1	3
Concessões e Direitos Minerários - VOC	298	-	-	-	298
Imob. Em andamento	11.148	12.009	-	(20.884)	2.273
Total do custo	190.256	12.249	-	-	202.505
Depreciação					
Reserv., Barragens e Adutoras	(10.357)	(1.202)	-	-	(11.559)
Estruturas Cíveis - Usinas	(69)	(8)	-	-	(77)
Equipamentos Geradores de Energia	(10.217)	(1.323)	-	-	(11.540)
Equipamentos de Informática	(176)	(28)	-	-	(204)
Máquinas e equipamentos	(14.378)	(3.284)	-	5	(17.657)
Instalações	1	(1)	-	-	-
Móveis e utensílios	(17)	(4)	-	-	(21)
Veículos	(1)	(1)	-	-	(2)
Edificações / benfeitorias	(37.938)	(3.294)	-	19	(41.213)
Ferramentas	24	-	-	(24)	-
Total da depreciação acumulada	(73.128)	(9.145)	-	-	(82.273)
Total do imobilizado líquido	117.128	3.104	-	-	120.232

	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2024
Custo					
Terrenos (ii)	36.830	-	(4.158)	-	32.672
Reserv., Barragens e Adutoras	-	-	-	24.806	24.806
Estruturas Cíveis - Usinas	-	-	-	185	185
Equipamentos Geradores de Energia	5.086	-	-	24.719	29.805
Equipamentos de Informática	180	2	-	95	277
Máquinas e equipamentos	73.894	-	-	(23.508)	50.386
Instalações	667	-	-	(667)	-
Equipamentos eletrônicos	84	-	-	(84)	-
Móveis e utensílios	26	-	-	4	30
Veículos	10	-	-	(2)	8
Edificações / benfeitorias	59.005	-	-	(18.364)	40.641
Ferramentas	214	-	-	(214)	-
Concessões e Direitos Minerários - VOC	297	-	-	1	298
Imob. Em andamento (iii)	6.191	12.033	(105)	(6.971)	11.148
Total do custo	182.484	12.035	(4.263)	-	190.256

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2024
Depreciação					
Reserv., Barragens e Adutoras	-	(500)	-	(9.857)	(10.357)
Estruturas Cíveis - Usinas	-	(4)	-	(65)	(69)
Equipamentos Geradores de Energia	(931)	(781)	-	(8.505)	(10.217)
Equipamentos de Informática	(96)	(37)	-	(43)	(176)
Máquinas e equipamentos	(20.568)	(2.870)	-	9.060	(14.378)
Instalações	(11)	(38)	-	50	1
Equipamentos eletrônicos	(32)	(5)	-	37	-
Móveis e utensílios	(13)	(3)	-	(1)	(17)
Veículos	(1)	(1)	-	1	(1)
Edificações / benfeitorias	(41.970)	(5.213)	-	9.245	(37.938)
Ferramentas	(29)	(25)	-	78	24
Total da depreciação acumulada	(63.651)	(9.477)	-	-	(73.128)
Total do imobilizado líquido	118.833	2.558	(4.263)	-	117.128

(i) No exercício de 2024, foi conduzido um estudo interno e o inventário físico nas usinas de fontes hídricas do grupo. Este procedimento foi realizado sob a supervisão da equipe técnica interna, em conjunto com uma consultoria especializada, que realizou visitas in loco a cada uma das unidades operacionais. Durante o levantamento, foram cuidadosamente avaliados o estado de conservação dos ativos, bem como a sua vida útil, considerando as condições operacionais de cada usina. O objetivo principal deste processo foi assegurar a adequada conciliação entre os registros contábeis do ativo imobilizado e o inventário físico, garantindo a precisão e a integridade das informações patrimoniais.

(ii) Em 2024, a Companhia concluiu a venda de 433,1377 hectares localizados na cidade de Ouro Preto, abrangendo as áreas Itatiaia - Gleba 1, Buraco do Soldado, Olaria e Tijucal - Gleba 1, todas situadas no município de Ouro Preto.

(iii) O saldo de imobilizado em andamento reduziu em 2025 em decorrência da ativação dos investimentos realizados na construção da usina de BRC. No exercício corrente, as obras foram concluídas e, com a entrada em operação do empreendimento, os valores anteriormente registrados nessa rubrica foram ativados e transferidos para as respectivas contas do ativo imobilizado, de acordo com a natureza dos bens e equipamentos incorporados ao projeto.

11. Intangível

A movimentação do intangível nas demonstrações contábeis consolidadas está demonstrada abaixo:

	Saldo em 31/12/2024	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2025
Softwares	60	-	-	-	60
Direito de extensão de concessão (i)	4.016	-	-	-	4.016
Total do custo	4.076	-	-	-	4.076
Softwares	(36)	(10)	-	-	(46)
Direito de extensão de concessão (i)	(442)	(352)	-	-	(794)
Total da amortização acumulada	(478)	(362)	-	-	(840)
Total do intangível líquido	3.598	(362)	-	-	3.236

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2024
Softwares	60	-	-	-	60
Direito de extensão de concessão (i)	4.016	-	-	-	4.016
Total do custo	4.076	-	-	-	4.076
Softwares	(26)	(10)	-	-	(36)
Direito de extensão de concessão (i)	(88)	(354)	-	-	(442)
Total da amortização acumulada	(114)	(364)	-	-	(478)
Total do intangível líquido	3.962	(364)	-	-	3.598

(i) Repactuação do Risco Hidrológico. Em Reunião de Sócios Acionistas, realizada em 05 de outubro de 2021, as Sócias Acionistas ratificaram a adesão das PCHs Furquim e Fumaça, detentoras de autorização de geração de energia elétrica, à repactuação do risco hidrológico de que trata a Lei no 13.203/2015, conforme alterada pela Lei no 14.052/2020 e regulamentada pela Resolução Normativa ANEEL no 895/2020, e, por consequência, a desistência de eventuais ações judiciais cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, bem como a renúncia a quaisquer alegações e/ou novas ações com o mesmo objeto.

Nos termos da Lei no 13.203/2015, na hipótese de adesão à repactuação do risco hidrológico, os geradores fazem jus à extensão do prazo de suas respectivas outorgas por até sete anos. Especificamente no caso da Companhia, as PCHs Furquim e Fumaça tornaram-se elegíveis ao acréscimo de 598 (quinhentos e noventa e oito) dias e 571 (quinhentos e setenta e um) dias, respectivamente, a partir do termo final do prazo originário da outorga de autorização, correspondente à importância de R\$ 1.308 e R\$ 2.708, respectivamente, conforme valores definidos e disponibilizados pela ANEEL.

A Administração adotou como política contábil o reconhecimento do benefício econômico futuro decorrente da extensão do prazo de outorga após decisão final da ANEEL, a qual se materializou por meio da expedição da Resolução Autorizativa no 14.896, de 10 de outubro de 2023. Considerando a repactuação do risco hidrológico, a Administração exerceu seu julgamento no desenvolvimento e na aplicação de política contábil, conforme previsto no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, utilizando, por analogia, os preceitos do CPC 04 – Ativo Intangível, tendo em vista tratar-se, em essência, de um ativo intangível relacionado ao direito de outorga decorrente de compensação por custos incorridos em exercícios anteriores.

Adicionalmente, considerando-se também por analogia o parágrafo 44 do CPC 04, o ativo constituído pela repactuação do risco hidrológico foi reconhecido ao valor justo, com base na melhor estimativa disponível no entendimento da Administração, considerando os parâmetros determinados pela regulamentação da ANEEL, os fluxos futuros esperados no novo período de concessão, bem como os valores de compensação apurados pela CCEE. O montante foi convertido pela ANEEL em extensão do prazo da outorga, conforme disposto no Anexo I da Resolução Homologatória no 2.919/2021, totalizando 1.169 (mil cento e sessenta e nove) dias.

Diante disso, foi reconhecido ativo intangível na rubrica “Direito de Extensão da Concessão”, em contrapartida da rubrica “Repactuação do Risco Hidrológico” no resultado do exercício, no montante de R\$ 4.016, correspondente ao valor definido e disponibilizado pela ANEEL. A amortização desse ativo intangível ocorre pelo prazo em que se espera recuperar o respectivo valor contábil.

Por fim, ressalta-se que, posteriormente, a ANEEL concedeu acréscimo adicional de prazo às outorgas, correspondente a 4 (quatro) dias para a PCH Furquim e 5 (cinco) dias para a PCH Fumaça, conforme disposto na Resolução Autorizativa no 16.467, de 16 de setembro de 2025, devendo tal extensão ser considerada na mensuração e na amortização prospectiva do ativo intangível reconhecido.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

12. Fornecedores

O saldo dos fornecedores em 31 de dezembro de 2025 e 2024 pode ser assim demonstrado:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores de produtos e serviços (i)	3	3	1.428	4.980
Total	3	3	1.428	4.980

(i) A redução da rubrica de fornecedores decorreu, principalmente, da finalização das obras da usina de BRC na Companhia da Maynard no exercício de 2025, o que resultou na diminuição das obrigações relacionadas à aquisição de bens e serviços vinculados ao projeto.

13. Obrigações tributárias

O saldo das obrigações tributárias em 31 de dezembro de 2025 e 2024 pode ser assim demonstrado:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
IRPJ a recolher	234	855
CSLL a recolher	161	381
PIS a recolher	25	19
Cofins a recolher	115	87
ICMS a recolher (i)	863	10
Tributos retidos na fonte	56	47
Total	1.454	1.399

(i) A Maynard é beneficiária do Regime Especial e-PTA no 45.000018201-17, o qual prevê, em seu Artigo 2o, a isenção do pagamento do ICMS incidente sobre as saídas internas de energia elétrica produzidas pela Companhia.

Nos termos do §1o do Artigo 2o do referido regime, a isenção possui prazo de validade de 10 (dez) anos, contados a partir da data de entrada em operação da usina, caracterizada pela emissão da primeira nota fiscal de saída de energia elétrica, ocorrida em 30 de janeiro de 2015.

Em 30 de janeiro de 2025, encerrou o período de composição integral de isenção do ICMS, passando a vigorar a recomposição gradativa da alíquota conforme previsto no §3o do Artigo 2o do regime especial. De acordo com tal dispositivo, a recomposição inicia-se no 11o ano de operação com o percentual equivalente a 16,66% da alíquota integral. Considerando a alíquota interna vigente de 18%, o percentual aplicável a partir de fevereiro de 2025 corresponde a 3%.

Dessa forma, a Companhia reconheceu, nas demonstrações contábeis de 2025, a provisão correspondente à recomposição da alíquota do ICMS incidente sobre as receitas de energia elétrica a partir de fevereiro de 2025, incluindo o montante estimado de multa de mora e juros relativos aos valores ainda não recolhidos até a data-base das demonstrações.

14. Obrigações sociais

O saldo das obrigações sociais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 pode ser assim demonstrado:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Salários a pagar	-	-	139	118
Provisão de férias	-	-	139	135
FGTS a recolher	-	-	17	15
INSS a recolher	-	-	55	48
Provisão para encargos sobre férias	-	-	49	48
Outras obrigações sociais	-	-	19	15
Total	-	-	418	379

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

15. Provisões para riscos/ Depósitos judiciais**Perdas prováveis**

O Grupo é parte em ações judiciais e processos trabalhistas perante alguns tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de natureza trabalhista, cível e administrativo.

A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que os encaminhamentos e providências legais cabíveis em cada situação já tomados são suficientes para preservar o patrimônio do Grupo, sendo suficientes as provisões para contingências registradas.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os processos considerados pela Administração como de perda provável são como segue:

Consolidado	31/12/2024	Adições	Atualizações	Reversões	31/12/2025
Trabalhistas	97	197	20	-	314
Cíveis	40	-	-	(40)	-
Total	137	197	20	(40)	314

Consolidado	31/12/2023	Adições	Atualizações	Reversões	31/12/2024
Trabalhistas	68	29	-	-	97
Cíveis	-	40	-	-	40
Total	68	69	-	-	137

Riscos judiciais possíveis

A Companhia tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	Consolidado 31/12/2025	31/12/2024
Cíveis (i)	123	40
Tributários	-	461
Trabalhistas	167	256
Ambientais (ii)	1.337	1.318
Judicial	599	-
Criminal	8	-
Total	2.234	2.075

(i) O Barragem Ribeirão Cachoeira (BRC). O processo não apresentou movimentações recentes, sendo que a última movimentação relevante corresponde ao protocolo do recurso administrativo, ocorrido em 2022.

(ii) A Companhia adota entendimento formal, devidamente fundamentado em processo administrativo de natureza tributária, quanto à não incidência do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre a Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD, aplicável aos períodos a partir de 1º de setembro de 2020.

A TUSD não se confunde com o fornecimento de energia elétrica, constituindo-se em tarifa pela disponibilização e uso da infraestrutura do sistema de distribuição, cuja responsabilidade pelo destaque e pelo recolhimento de eventuais tributos é atribuída à distribuidora de energia elétrica. Dessa forma, a Companhia efetua o pagamento das faturas emitidas pela distribuidora exclusivamente pelos valores nelas destacados, inexistindo recolhimento de ICMS quando referido tributo não é agregado às faturas relativas à TUSD.

Ressalte-se que, em determinados períodos, a distribuidora CEMIG procedeu, de forma excepcional, ao destaque do ICMS sobre a TUSD em algumas faturas, em desconformidade com o entendimento adotado no processo administrativo mencionado. Nessas situações, a Companhia adota as medidas administrativas cabíveis junto à distribuidora, visando à regularização dos valores faturados, observada a legislação tributária aplicável.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

Depósitos judiciais

Consolidado	31/12/2025	31/12/2024
Depósitos judiciais	398	83
Total	398	83

16. Tributos diferidos

Em 2015, foi constituída provisão do Imposto de Renda diferido, R\$ 25.853, e de Contribuição Social diferida, R\$ 9.307, sobre o ganho equivalente a compra vantajosa pela Controlada indireta Maynard, bem como sobre as diferenças temporárias na alocação do preço de compra.

Os saldos da Controlada em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são:

	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
IRPJ Diferido	13.647	14.972
CSLL Diferida	4.922	5.407
PIS e Cofins Diferidos	105	135
Total	18.674	20.514

Abaixo o quadro com a movimentação 2025 e 2024:

Movimentação	CSLL	IRPJ	PIS / Cofins	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	5.902	16.334	158	22.394
Edifício / Benfeitorias (Realização)	(4.391)	(4.391)	-	
Alíquota	9%	25%	0%	
Tributos diferidos	(395)	(1.098)	-	(1.493)
Máquinas e Equip. (Realização)	(895)	(895)	-	
Alíquota	9%	25%	0%	
Tributos diferidos	(81)	(224)	-	(305)
Receita financeira não resgatada	(112)	(112)	-	
Alíquota de IR e CSLL	9%	25%	0%	
Tributos diferidos	(10)	(28)	-	(38)
Estorno tributos provisionados ano anterior	(47)	(63)	(158)	(268)
Receita não faturada	-	-	3.687	
Alíquota de PIS e Cofins sobre receita	-	-	3,65%	
Tributos diferidos	-	-	135	135
Imposto diferido sobre receita não faturada	38	51	-	89
Saldo em 31 de dezembro de 2024	5.407	14.972	135	20.514
Edifício / Benfeitorias (Realização)	(4.053)	(4.053)	-	
Alíquota	9%	25%	0%	
Tributos diferidos	(365)	(1.013)	-	(1.378)
Máquinas e Equip. (Realização)	(826)	(826)	-	
Alíquota	9%	25%	0%	
Tributos diferidos	(74)	(207)	-	(281)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

Movimentação	CSLL	IRPJ	PIS / Cofins	Total
Receita financeira não resgatada	(443)	(443)		
Alíquota de IR e CSLL	9%	25%	0%	
Tributos diferidos	(40)	(111)	-	(152)
Estorno tributos provisionados ano anterior	(38)	(51)	(135)	(224)
Receita não faturada			2.885	
Alíquota de PIS e Cofins sobre receita	-	-	3,65%	
Tributos diferidos	-	-	105	105
Imposto diferido sobre receita não faturada	32	57	-	89
Saldo em 31 de dezembro de 2025	4.922	13.647	105	18.674

17. Patrimônio líquido**17.1. Capital social**

O capital social, totalmente subscrito e integralizado em 2025, é de R\$ 5.301, dividido em 2.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, integralizadas, em moeda corrente do País e distribuídas entre os acionistas, conforme demonstrado:

Acionistas	Ações	Valor	%
NEC Operações e Participações em Energia Ltda.	1.478	3.918	74%
Polaris Participações Ltda.	522	1.383	26%
Total	2.000	5.301	100%

17.2. Distribuição de dividendos

Durante o exercício de 2025, a Companhia distribuiu R\$ 6.866 a título de dividendos aos acionistas (R\$ 12.500 durante o exercício de 2024), que foram aprovados em Assembleia Geral Extraordinária (AGE).

E para os não controladores foi distribuído em 2025 R\$4.121 (R\$7.500 durante o exercício de 2024).

17.3. Ágio na subscrição de ações

Durante o exercício de 2016, os acionistas participantes realizaram o desdobramento das 50 mil ações iniciais e subscreveram 1.174 novas ações, sem valor nominal. O ágio na subscrição destas novas ações foi de R\$ 5.077.

17.4. Reserva legal

É calculada na base de 5% do lucro líquido de cada exercício, deixando a sua constituição de ser obrigatória quando o seu valor atingir 20% do capital social.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não constituiu reserva legal, tendo em vista que o saldo já havia atingido o limite de 20% do capital social (R\$ 1.060 em 31 de dezembro de 2024).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

18. Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram reconhecidas considerando as condições acordadas entre as partes.

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante		
Operacional		
BEI Brasil Energia Inteligente Ltda.	-	95
Nec Geração Energias Renováveis LTDA (i)	1.324	-
Total	1.324	95
Passivo circulante		
NEC Energia Participações S.A.	-	302
BEI Brasil Energia Inteligente Ltda.	-	10
Total	-	312
Passivo não circulante		
NEC Energia Participações S.A.	-	17
Total	-	17
Rateio de despesas administrativas		
BEI - Brasil Energia Ltda. (ii)	(2.660)	(2.054)
NEC Energia Participações SA. (iii)	(6.234)	(6.419)
Total	(8.894)	(8.473)

(i) O saldo de clientes em aberto refere-se a valores a receber decorrentes da comercialização de energia elétrica já realizada, cujos recebimentos não ocorreram até a data-base das demonstrações contábeis, em razão do prazo contratual de vencimento de 30 dias. Dessa forma, a liquidação dos referidos valores está prevista para o mês de janeiro, não havendo, até a presente data, indícios de inadimplência, necessidade de constituição de perdas esperadas ou contingências relevantes associadas a esses saldos.

(ii) Os valores referem ao reembolso de custos e despesas incorridos pela Companhia relacionados à operação e manutenção (O&M) das usinas do grupo prestados pela Companhia da BEI. Esses reembolsos abrangem despesas com manutenção preventiva e corretiva, conservação dos ativos, planejamento estratégico e operação remota das usinas, assegurando a eficiência e a continuidade das operações do grupo.

(iii) Os valores tratam de rateio do compartilhamento de custos e despesas do centro de serviços compartilhado do Grupo NEC, conforme critérios definidos pela administração.

19. Renuneração do pessoal chave da Administração

Os administradores da Companhia renunciaram ao recebimento de remuneração contemplada nos atos constitutivos da Companhia ou, conforme aplicável, nos atos societários que registraram a sua correspondente eleição para os cargos atualmente ocupados.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

20. Receita operacional líquida

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Receita bruta de geração de energia (i)	15.522	35.585
Receita bruta de geração de energia intercompany (ii)	23.916	-
Receita não faturada	2.885	3.687
Vendas canceladas	-	(10)
Receita bruta	42.323	39.262
(-) ICMS (iii)	(861)	-
(-) PIS	(280)	(259)
(-) Cofins	(1.294)	(1.197)
(-) Impostos sobre receita não faturada	26	23
Deduções	(2.409)	(1.433)
Receita operacional líquida	39.914	37.829

(i) Em decorrência da reorganização do portfólio de contratos de compra e venda de energia no âmbito do Grupo, a controlada NEC Geração passou a concentrar parcela relevante dessas operações, anteriormente realizadas diretamente pelas geradoras. Essa centralização incluiu a gestão do déficit associado ao GSF (Generation Scaling Factor), bem como as aquisições de energia necessárias para o acesso à média móvel no ambiente Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Como resultado dessa alteração operacional, observou-se aumento relevante nos volumes de compra e venda de energia registrados nas demonstrações contábeis da Itacolomi. Tal crescimento reflete exclusivamente a transferência e concentração das operações no nível da NEC Geração, não representando, contudo, alteração material no resultado econômico da Companhia, uma vez que as operações permaneceram estruturalmente equilibradas.

A centralização contribuiu para maior eficiência operacional, padronização dos processos de controle e racionalização da gestão contratual e dos riscos associados à exposição ao GSF e às variações do mercado de energia, reforçando o papel da NEC Geração como entidade responsável pela gestão integrada dessas operações no Grupo.

(ii) A rubrica “Receita bruta de geração de energia intercompany” refere-se às operações realizadas a partir de 2025, motivo pelo qual o saldo do exercício de 2024 encontra-se zerado. Nessas operações, a Maynard, na qualidade de Companhia geradora, vende a energia elétrica à NEC Geração Energias Renováveis Ltda., que entrou em operação no exercício e tem como atividade principal a comercialização dessa energia no mercado, adquirida das Companhias geradoras integrantes do mesmo grupo econômico. Tais transações foram realizadas em condições compatíveis com as praticadas no mercado e estão devidamente eliminadas nas demonstrações contábeis consolidadas, quando aplicável.

(iii) Conforme detalhado na Nota Explicativa nº 11 (i).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

21. Custos da energia gerada

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Compra de energia elétrica (i)	(3.820)	(8.026)
Encargos de uso da rede elétrica (ii)	(753)	(601)
Liquidação financeira CCEE (iii)	1.379	(78)
Manutenção de usinas (ii)	(2.997)	(2.205)
Custo com pessoal	(2.676)	(2.384)
Materiais, utilidades e serviços (ii)	(2.595)	(2.377)
Serviços de telecomunicação	(69)	(78)
Contingências	-	(29)
Custo com serviço de terceiros (ii)	(997)	(652)
Custo com depreciação e amortização	(4.629)	(4.555)
Total	(17.157)	(20.985)

(i) Em decorrência da reorganização do portfólio de contratos de compra e venda de energia no âmbito do Grupo, a controlada NEC Geração passou a concentrar parcela relevante dessas operações, anteriormente realizadas diretamente pelas geradoras. Essa centralização incluiu a gestão do déficit associado ao GSF (Generation Scaling Factor), bem como as aquisições de energia necessárias para o acesso à média móvel no ambiente Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Como resultado dessa alteração operacional, observou-se aumento relevante nos volumes de compra e venda de energia registrados nas demonstrações contábeis da Itacolomi. Tal crescimento reflete exclusivamente a transferência e concentração das operações no nível da NEC Geração, não representando, contudo, alteração material no resultado econômico da Companhia, uma vez que as operações permaneceram estruturalmente equilibradas.

A centralização contribuiu para maior eficiência operacional, padronização dos processos de controle e racionalização da gestão contratual e dos riscos associados à exposição ao GSF e às variações do mercado de energia, reforçando o papel da NEC Geração como entidade responsável pela gestão integrada dessas operações no Grupo.

(ii) Para fins de comparabilidade, determinados saldos apresentados nas demonstrações contábeis do exercício anterior foram reclassificados entre rubricas do grupo “Custos da energia gerada”.

As reclassificações envolveram as rubricas “Compra de energia elétrica”, “Manutenção de usinas”, “Custo com depreciação e amortização”, “Custo com pessoal e encargos”, “Encargos de uso da rede elétrica”, “Custo com serviço de terceiros”, “Materiais, utilidades e serviços” e “Contingências”.

(iii) Em 2025, houve um crédito de liquidação financeira. A liquidação financeira realizada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) é o processo pelo qual os valores devidos pelas transações de compra e venda de energia elétrica são efetivamente pagos ou recebidos entre os agentes do setor elétrico, como geradores, distribuidores e consumidores. Esse processo envolve a compensação das diferenças entre as quantidades de energia contratadas e as efetivamente consumidas ou geradas, de acordo com as regras do mercado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

22. Despesas administrativas, comerciais e gerais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Rateio de despesas administrativas (i)	-	-	(6.234)	(6.419)
Serviços de terceiros (ii)	(4)	(8)	(324)	(660)
Utilidades e aluguéis administrativos (ii) (iii)	-	-	(133)	(194)
Créditos previdenciários (ii)	-	-	-	(3)
Viagens	-	-	-	(14)
Aluguel de veículos (ii)	-	-	-	(3)
Contingências (iii)	-	-	157	(40)
Total	(4)	(8)	(6.534)	(7.333)

(i) O rateio se trata de compartilhamento de custos e despesas do centro de serviços compartilhado do Grupo NEC, para as Companhias participantes do grupo econômico, conforme critérios definidos pela administração.

(ii) Para fins de comparabilidade, determinados saldos apresentados nas demonstrações contábeis do exercício anterior foram reclassificados entre rubricas do grupo “Despesas administrativas, comerciais e gerais”.

As reclassificações envolveram as rubricas “Serviços com terceiros”, “Utilidades e aluguéis administrativos”, “Aluguel de veículos” e “Contingências”,

(iii) Durante o exercício de 2025, houve alteração no critério contábil adotado para o reconhecimento da rubrica de Créditos previdenciários, que passou a ser classificada no grupo de despesas, enquanto em 2024 estava registrada no grupo de custos. A mudança foi para alinhar as práticas contábeis da Companhia com mensuração de controle interno.

23. Outras receitas e despesas

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Venda de imobilizado (i)	-	10.311
Baixa de imobilizado (i)	-	(4.158)
Serviço de consultoria (ii)	(3)	(4)
Total	(3)	6.149

(i) Em 2024, a Companhia concluiu a venda de 433,1377 hectares localizados na cidade de Ouro Preto, abrangendo as áreas Itatiaia - Gleba 1, Buraco do Soldado, Olaria e Tijucal - Gleba 1, todas situadas no município de Ouro Preto.

(ii) Foram realizadas reclassificações entre grupos na demonstração do resultado do exercício, conforme Nota Explicativa nº 2.1.3.

24. Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicações financeiras	1	-	1.244	1.385
Outras receitas financeiras	-	-	54	57
Total	1	-	1.298	1.442
Despesas financeiras				
IOF	-	-	(1)	(6)
Juros e multa	-	-	(3)	-
Outras despesas financeiras	-	-	(20)	(5)
Total	-	-	(24)	(11)
Resultado financeiro, líquido	1	-	1.274	1.431

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

25. Imposto de Renda e Contribuição Social

	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
Receita financeira não resgatada	-	-
Receita financeira resgatada	-	(5)
Base de cálculo do IRPJ	-	(5)
Alíquota de 15%	-	(1)
IRPJ - Corrente	-	(1)
Receita financeira não resgatada	-	-
Receita financeira resgatada	-	(5)
Base de cálculo da CSLL	-	(5)
Alíquota	9%	9%
CSLL - Corrente	-	-
Imposto de renda e contribuição social - corrente	-	(1)

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
IRPJ e CSLL - Sociedades optantes pelo lucro presumido	1.874	2.587
IRPJ e CSLL - Sociedades optantes pelo lucro real	-	(3)
IRPJ e CSLL - Corrente	1.874	2.584
IRPJ e CSLL	(1.814)	(1.858)
IRPJ e CSLL - Diferido	(1.814)	(1.858)

(a) Sociedades tributadas pelo lucro presumido - Corrente:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Receita bruta de geração de energia	43.126	39.901
Percentual de presunção	8%	8%
Lucro presumido	3.450	3.192
Outras receitas	1	2.560
Rendimento de aplicações financeiras	1.674	1.504
Base de Cálculo - Lucro presumido	5.125	7.256
Alíquota de 15%	769	1.088
Adicional de 10%	488	702
IRPJ - Corrente	1.257	1.790
Receita bruta de geração de energia	43.126	39.901
Percentual de presunção	12%	12%
Lucro presumido	5.175	4.788
Outras receitas	1	2.560
Rendimento de aplicações financeiras	1.674	1.504
Base de Cálculo da CSLL	6.850	8.852

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Alíquota	9%	9%
CSLL - Corrente	617	797
Imposto de renda e contribuição social - corrente	1.874	2.587

(b) Sociedades tributadas pelo lucro real - Corrente:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	10.824	9.068
Ajuste à despesa (receita) nominal		
Resultado de equivalência patrimonial	(15.716)	(14.486)
Mais Valia	4.879	5.286
Receita (despesa) nominal	13	132
Compensação de prejuízo (30%)	-	-
Receita (despesa) nominal ajustado	-	-
Imposto de Renda 15%	-	-
Imposto de Renda 10%	-	-
(-) PAT	-	-
Imposto de Renda	-	-
Contribuição Social 9%	-	-
Estorno exercício anterior	-	(3)
Total da Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente	-	(3)

(c) Sociedades tributadas pelo lucro presumido - Diferido

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2024
IRPJ Diferido	1.331	1.365
CSLL Diferido	483	492
Total	1.814	1.857

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Contas a receber de clientes - Receita não faturada	2.885	3.687
Percentual de presunção	8%	8%
Lucro presumido sobre receita não faturada	231	295
Alíquota de 15%	35	44
Adicional de 10%	23	5
IRPJ - Diferido	58	49
Percentual de presunção	12%	12%
Lucro presumido sobre receita não faturada	346	442
Alíquota	9%	9%
CSLL - Diferido	31	40
Imposto de renda e contribuição social - diferido	89	89
Estorno provisão ano anterior	(89)	(111)
IR e CSLL Diferido s/ Receita não faturada	-	(22)
IRPJ e CSLL Diferido s/ Receita Financeira não resgatada	148	82

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Ajuste exercício anterior	7	-
Amortização anual do imobilizado reavaliado	4.879	5.286
Alíquota de IR e CSLL	34%	34%
IRPJ e CSLL Diferido s/ Reavaliação de Imobilizado	1.659	1.797
IRPJ e CSLL Diferido do exercício	1.814	1.857

26. Cobertura de seguros**Seguro operacional**

Em 15 de dezembro de 2025, foram prorrogadas a vigência da apólice do seguro para 13/02/2026. No dia 13/02/2026 o Seguro foi renovado com vigência até 13/02/2027, referente as coberturas de seguro para riscos operacionais definido pelo segurado e/ou ao Limite Máximo de Garantia da Apólice (LMG), nos termos das Condições Contratuais, o pagamento de indenização por prejuízos decorrentes dos riscos cobertos, causados a Prédios, Maquinismos, Móveis, Utensílios, Equipamentos, Mercadorias, Matérias-Primas e Estruturas Cíveis próprias e/ou de terceiros, inclusive bens de terceiros sob guarda e/ou custódia do segurado que façam parte do Valor em Risco Declarado das Centrais Geradoras., com vigência até 15 de dezembro de 2025, no montante limite de R\$50.000 para as Companhias co-seguradas do grupo (i) Brito Energética Ltda; (ii) BEI – Brasil Energia Inteligente Ltda; (iii) GESM – Geração de Energia Sul de Minas S.A.; (iv) Pacífico Mascarenhas Ltda; (v) Costa Rica Energética Ltda; (vi) CEI – Energética Integrada Ltda; (vii) Areal Energias Renováveis Ltda; (viii) Maynard Energética Ltda; ; (ix) Rio Novo Energias Renováveis Ltda; (x) Rio Preto Energias Renováveis Ltda; (xii) Triade Energias Renováveis Ltda.

Seguro de responsabilidade civil

Em 29 de novembro de 2025, foram prorrogadas a vigência da apólice do seguro para 15/02/2026. No dia 13/02/2026 o Seguro foi renovado com vigência até 13/02/2027, referente as coberturas de seguro para riscos de responsabilidade civil conforme as condições gerais, e em conformidade com as condições especiais e particulares convenionadas na apólice, assumindo o compromisso de garantir, até o limite máximo de indenização, ou, quando aplicável, até o sublimite, limite agregado, ou limite máximo de garantia, o pagamento das quantias devidas e/ou reembolsar as despendidas, pelo segurado, nas reparações de danos materiais e/ou pessoais e/ou morais e/ou estéticos causados involuntariamente a terceiros, incluindo os custos de defesa e as despesas de salvamento e de contenção de sinistro, contanto que satisfeitas a todas as seguintes circunstâncias: (i) que as reparações e despesas acima aludidas sejam consequentes de riscos cobertos por este seguro, ocorridos durante a sua vigência, dentro do âmbito geográfico vinculado a cobertura correspondente, (ii) que as reclamações dos terceiros prejudicados tenham sido formalizadas durante a vigência da apólice, ou durante os prazos prescricionais em vigor; (iii) que o valor das reparações haja sido fixado por sentença judicial transitada em julgado ou decisão arbitral irrecorrível, ou ainda, por acordo entre segurado e os terceiros prejudicados, com anuência prévia e expressa da Seguradora; (iv) que as despesas incorridas com salvamento e contenção de sinistro, sejam comprovadas, ou, na ausência de comprovantes, confirmadas por vistoria, avaliação ou perícia técnica da Seguradora e que decorram de riscos por ele cobertos com vigência até 29 de novembro de 2025 e montante limite de R\$ 9.000 para todas as Companhias co-seguradas. (i) Brito Energética Ltda; (ii) BEI – Brasil Energia Inteligente Ltda; (iii) GESM – Geração de Energia Sul de Minas S.A.; (iv) Pacífico Mascarenhas Ltda; (v) Costa Rica Energética Ltda; (vi) CEI – Energética Integrada Ltda; (vii) Areal Energias Renováveis Ltda; (viii) Maynard Energética Ltda; (ix) Energia Limpa Participações Ltda; (x) Rio Novo Energias Renováveis Ltda; (xi) Rio Preto Energias Renováveis Ltda; (xii) Triade Energias Renováveis Ltda.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis individuais e consolidadas, conseqüentemente não foram examinadas pelo nosso auditor independente.

27. Instrumentos financeiros**27.1. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros**

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber e contas a pagar a fornecedores.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento em até 12 meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

Custo amortizado	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativos financeiros				
Caixa e equivalente de caixa	13	17	5.150	9.384
Contas a receber	-	-	2.885	3.687
Partes relacionadas	-	-	1.324	95
Total	13	17	9.359	13.166
Passivos financeiros				
Fornecedores	3	3	1.428	4.980
Partes relacionadas	-	-	-	329
Total	3	3	1.428	5.309

27.2. Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco hidrológico e GSF (Generation Scaling Factor);
- Risco de não renovação das concessões;
- Risco regulatório;
- Risco socioambiental.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos acima, os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia.

i) Estrutura de gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados por ela, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos, de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

ii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

A Companhia está exposta ao risco de crédito, derivado do curso normal de suas atividades operacionais, principalmente em relação a contas receber, incluindo depósitos em instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.

Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos com caixas e equivalentes de caixa são administrados pela Tesouraria da Companhia de acordo com as regras de negócios e as políticas internas. Para mitigar riscos, os recursos excedentes são investidos, substancialmente, em aplicações financeiras de curto prazo e renda fixa, consideradas de baixo risco, nas principais instituições financeiras, previamente aprovadas pela diretoria.

Contas a receber com clientes

O risco de crédito com clientes, está sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecidos pela Companhia em relação a esse risco. A análise de crédito visa minimizar os eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes.

iii) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado diariamente pela área financeira, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, administrando assim os riscos de liquidez para a Companhia.

iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

v) Risco hidrológico e GSF (Generation Scaling Factor)

A geração de energia elétrica da Companhia depende diretamente de condições hidrológicas, uma vez que todo o seu parque gerador é hidrelétrico.

As usinas que compõem o parque gerador hidroelétrico da Companhia participam do Mecanismo de Realocação de Energia ("MRE"), que tem como objetivo fazer com que todos os geradores participantes, comercializem o montante de sua garantia física, independentemente de sua produção real, realocando e transferindo a energia excedente dos empreendimentos que geraram acima de sua garantia física para aqueles que geraram abaixo.

Quando o conjunto de usinas participantes do MRE não produz energia suficiente para atender ao somatório de suas respectivas garantias física, verifica-se uma situação de déficit (medido pelo risco hidrológico "GSF") que resulta em exposições financeiras negativas para esses geradores, independentemente do nível de geração individual de cada usina.

Desta forma, a ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, em conjunto com a obrigação dos geradores de entrega da energia, pode resultar na exposição ao mercado de energia de curto prazo ao Preço de Liquidação das Diferenças ("PLD"), cujos preços, nos períodos de condições hidrológicas desfavoráveis, tendem a ser elevados, podendo afetar seus negócios, condição financeira e resultados operacionais.

vi) Risco de não renovação das concessões

A Companhia detém a autorização da Usinas de Fumaça e Furquim, cujo vencimento se dá em 12 de dezembro de 2034 e 26 de junho de 2035, respectivamente.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

vii) Risco regulatório

O setor elétrico brasileiro está sujeito a um ambiente regulatório dinâmico, caracterizado por revisões normativas frequentes e por processos de modernização do marco legal. Nesse contexto, a conversão da Medida Provisória nº 1.304/2025 na Lei nº 15.269/2025 introduziu diretrizes relevantes para a reorganização do setor elétrico nacional, incluindo aspectos relacionados à abertura do mercado de energia elétrica, à alocação de encargos setoriais, ao tratamento da geração distribuída, da autoprodução, da geração renovável e ao gerenciamento da operação do sistema.

Embora a referida lei tenha mantido parte substancial das regras anteriormente vigentes, especialmente no que se refere aos regimes de transição aplicáveis à geração distribuída estabelecidos pela Lei nº 14.300/2022, o novo marco regulatório reforça discussões estruturais sobre a sustentabilidade econômico-financeira do setor, a repartição dos custos do sistema elétrico, o uso da infraestrutura de rede e os mecanismos de segurança operativa. Parte relevante de seus dispositivos depende ainda de regulamentação específica por parte de órgãos reguladores e setoriais, como a ANEEL, o Ministério de Minas e Energia e a CCEE, o que pode resultar em alterações adicionais nas regras atualmente aplicáveis.

Nesse cenário, permanecem incertezas quanto a eventuais mudanças futuras nos critérios de compensação de energia elétrica, nos requisitos para caracterização de autoprodução, nas condições de contratação e comercialização de energia, bem como na possibilidade de limitações operacionais à geração, inclusive em situações de restrição do sistema elétrico. Adicionalmente, poderão ser requeridos investimentos adicionais para adequação técnica, operacional ou regulatória dos ativos, a depender da evolução normativa e regulatória.

A Companhia monitora continuamente os desdobramentos relacionados à Lei nº 15.269/2025 e aos atos infralegais dela decorrentes, avaliando seus potenciais impactos sobre suas operações, fluxos de caixa e posição patrimonial. Até a data-base das presentes demonstrações contábeis, não foram identificados efeitos materiais imediatos decorrentes da referida lei. Eventuais modificações futuras a serem realizadas na normativa vigente, em decorrência do trâmite regulatório, que possam impactar o desempenho operacional e financeiro da Companhia serão devidamente observados, contudo, neste momento, não é possível mensurar de forma precisa os efeitos decorrentes de tais alterações.

viii) Risco socioambiental

A Companhia está sujeita a inúmeras leis ambientais, regulamentos, tratados e convenções, que determinam a remoção e limpeza de contaminação do ambiente, ou relativas à proteção ambiental. As violações à regulamentação ambiental existente expõem os infratores a multas e sanções pecuniárias substanciais e poderão exigir medidas técnicas ou investimentos de forma a assegurar o cumprimento dos limites obrigatórios de emissão.

A Companhia realiza periodicamente levantamentos com o objetivo de identificar áreas potencialmente impactadas e registra com base na melhor estimativa do custo, os valores estimados para monitoramento e prevenção dessas localidades.

A Companhia considera estar de acordo com todas as normas ambientais aplicáveis às suas operações.

28. Eventos subsequentes

A Companhia adota procedimentos internos para identificação e, quando necessário, ajuste ou divulgação dos eventos subsequentes ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de aprovação pela diretoria.

Entre 31 de dezembro de 2025 e essa data, a Administração não identificou eventos subsequentes que requerem reconhecimento ou divulgação em suas demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra maneira)

Maria Tereza Diniz Carneiro

Maria Tereza Diniz Carneiro

Diretora

CPF: 013.460.826-77

Mauricio Aquino Halewicz

Mauricio Aquino Halewicz

Diretor

CPF: 694.701.200-78

Gisele Aparecida Rocha Nogueira

Gisele Aparecida Rocha Nogueira

Contadora

CRC-MG 115.330-O-6

CPF: 013.652.846-54

* * * * *